



Caderno de Provas

CCMN 07 – NS

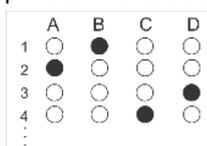
**ASSISTENTE LEGISLATIVO (ALNS) –
ASSISTENTE GERAL (GENERALISTA)**

**Edital Nº. 001/2023 –
Câmara Municipal de Natal/RN**

Data: ____/____/____

INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica azul ou preta.
- Escreva a data, a sua assinatura e o seu número de inscrição no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Provas** e preencher a **Folha de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala, entregue a **Folha de Respostas** e o **Caderno de Provas** ao fiscal.
- Este **Caderno de Provas** contém, respectivamente, 10 (dez) questões de Língua Portuguesa, 10 (dez) questões de Lógica e 20 (vinte) questões de Conhecimentos específicos.
- Se o **Caderno de Provas** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao Fiscal.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da alternativa escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Provas** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos Fiscais.
- O preenchimento da **Folha de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões objetivas e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

<i>Disciplina</i>	<i>Número de questões</i>	<i>Pontos</i>
Língua Portuguesa	10 questões	20 pontos
Lógica	10 questões	20 pontos
Conhecimentos específicos	20 questões	60 pontos
PONTUAÇÃO TOTAL		100 pontos

ASSINATURA DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÍNGUA PORTUGUESA

As questões de 1 a 10 referem-se ao texto a seguir.

TEXTO

A cor da injustiça ambiental no Brasil

Carolina Azevedo e Samantha Prado

Na semana do Carnaval, o litoral norte de São Paulo foi afetado por um desastre ambiental sem precedentes na história do Brasil. Foram mais de 680 milímetros de chuva acumulados no período de 24 horas, o maior registro do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) no país até o momento – o que resultou na devastação de diversas áreas nas cidades de Guarujá, Bertioga, São Sebastião, Caraguatatuba, Ilhabela e Ubatuba. Ao todo foram 65 mortos e mais de 2 mil pessoas entre desabrigados e desalojados.

A situação não pode ser lida apenas como um evento extremo isolado. Desastres bastante similares têm ocorrido nos últimos anos, como as inundações em Petrópolis (RJ) e Pernambuco em 2022. O que esses episódios têm em comum? Os mais afetados são majoritariamente a população pobre e negra.

Com o objetivo de analisar como os efeitos da crise ambiental se manifestam de forma territorialmente desigual, impactando desproporcionalmente certas populações a depender do seu grau de vulnerabilidade, o Instituto Pólis realizou o estudo “Racismo ambiental e justiça socioambiental nas cidades”. De acordo com a pesquisa, esse desequilíbrio é, em parte, a expressão da injustiça e do racismo ambientais nas cidades brasileiras. “Temos visto nos últimos anos, especialmente no verão, diversos desastres no país – e também quais foram suas vítimas. Acompanhamos um agravamento das situações e, com certeza, o negacionismo no momento de compreender as mudanças climáticas e seus impactos urbanos está dentro da lógica de como construímos as nossas cidades”, declara Maria Gabriela Feitosa dos Santos, uma das pesquisadoras que fez parte da produção do estudo.

Existe um padrão recorrente inegável quanto à distribuição territorial da população nas cidades brasileiras. Observando o censo do IBGE de 2010, é possível ver que a renda é maior nas áreas onde a população residente é mais branca do que negra – territórios que condizem com condições de urbanização e saneamento melhores, contando com maior investimento público. Mais dados do censo mostram que os chamados aglomerados subnormais, áreas caracterizadas por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas com restrição à ocupação, reiteram o padrão territorial observado. Nas três cidades estudadas pelo Instituto Pólis – São Paulo, Recife e Belém –, o percentual de pessoas negras que residem em áreas desse tipo supera as médias de cada município, evidenciando a tendência de concentração desse grupo nesses territórios.

Em outras palavras, a distribuição demográfica e racial das cidades evidencia que a população negra vive em piores condições ambientais e com menos recursos financeiros para lidar com os impactos de eventuais emergências ou desastres – colocando-a em situação de vulnerabilidade. “Por estarmos em uma sociedade racialmente estruturada, a desigualdade social é um instrumento que opera de acordo com essa lógica. Isso pode ser visto sobretudo no funcionamento da expansão imobiliária”, diz Maria Gabriela. As áreas onde o mercado imobiliário não tem interesse acabam sendo esquecidas pelo poder público, deixadas de lado no quesito de criação de infraestrutura e, por isso, tornam-se locais mais baratos e viáveis para serem ocupados pela população mais vulnerabilizada. “Essa desigualdade gera riscos socialmente produzidos. São escolhas feitas pelas políticas urbanas que a gente tem adotado e implementado, gerando uma lógica de ocupação de risco”, completa Feitosa dos Santos.

A localização e as características dos aglomerados subnormais nas três cidades analisadas ilustram como a ocupação de áreas de potencial risco são apropriadas pela população vulnerabilizada como alternativa para a questão habitacional não tratada pelo Estado. Em São Paulo, o IBGE aponta que 355.756 domicílios em aglomerados subnormais encontram-se em áreas de encosta e margens de rios, córregos e lagos. É importante ressaltar que a ocupação de áreas de risco não advém de uma escolha, mas sim da total falta de alternativas habitacionais. “Chamamos atenção para a questão do déficit habitacional. Pessoas e famílias residem em áreas inapropriadas como uma última alternativa, uma resposta própria à questão habitacional que historicamente não tem sido equacionada pelo Estado como deveria ser”, diz a pesquisadora.

Todo esse quadro expõe a forma como os conceitos de justiça socioambiental e racismo ambiental são intrincados: enquanto o primeiro caracteriza a produção de impactos desiguais pelo meio ambiente, que sobrecarregam grupos minoritários e a população de baixa renda; o racismo ambiental evidencia as consequências dessas degradações, concentradas em bairros e territórios periféricos, onde vivem famílias mais pobres e há maior concentração de pessoas negras, indígenas e quilombolas.

Para além do déficit habitacional, está a diferença de tratamento entre comunidades de baixa renda e condomínios de luxo em áreas sujeitas a desastres ambientais. Não bastando serem proibidas pela classe média e alta de construir moradia nas faixas de terra mais seguras, populações assentadas em áreas de risco ambiental são frequentemente retiradas à força e sem qualquer garantia de direitos, enquanto moradores de condomínios e chácaras são tratados por autoridades com complacência.

Esse é o caso de moradores das margens da Represa Billings, no extremo sul da cidade de São Paulo. Segundo mapeamento do Instituto Pólis, comunidades de baixa-renda do Jardim Noronha receberam de autoridades quatro ameaças de remoção, dada a fragilidade ambiental e o risco apresentado pela área de mananciais. O tratamento, no entanto, não se estendeu para o loteamento de chácaras Jardim Moraes Prado, bairro vizinho também colado à represa. O caso evidencia que a intervenção pública é também pautada pelo racismo ambiental, como explica Feitosa dos Santos: “Há uma tendência de criminalização de muitas dessas áreas em detrimento de ocupações de alto padrão que dividem a mesma área e ainda assim não são alvo da mesma criminalização que acontece com as ocupações. É necessário compreender esse cenário e incluir a população marginalizada dentro dessa demanda.”

Ou seja, no contexto de desastres climáticos como as chuvas que assolaram o litoral paulista, políticas paliativas voltadas para regiões ricas das cidades não são o bastante, dado que as mudanças climáticas continuarão agravando a situação de comunidades periféricas a cada ano. “É necessário que se reverta essa lógica de políticas paliativas por políticas perenes, que antecedam esses fenômenos. Elas não necessariamente vão evitar mas vão dar capacidade de resiliência a essa população”, defende a pesquisadora.

Para isso, é necessário entender a crise climática a partir de uma perspectiva social e racial, como propõe o Instituto Perifa Sustentável, que reivindica a democratização e a representatividade das juventudes nos locais de tomada de decisão em relação a políticas ambientais. Amanda Costa, diretora executiva do instituto, advoga: “Falar de clima é falar de um direito básico. Quando pensamos em direitos básicos pensamos em saúde, educação, transporte, mas o clima é uma questão transversal, que afeta todas as outras.” Como respostas, a ativista sustenta inverter a lógica que permeia a elaboração de políticas públicas nas cidades: partindo mais frequentemente de regiões ricas e majoritariamente brancas, políticas ambientais e sanitárias precisam colocar a periferia no centro.

No entanto, em uma sociedade estruturalmente racista, quem mais sofre menos é ouvido. Os espaços de debate ambiental e de elaboração de políticas públicas ainda são dominados por homens brancos, como conta Mahryan Sampaio, do Instituto Perifa Sustentável: “O fato de eu dialogar com pessoas que não têm a mesma cor que eu mas estão ocupando os espaços de poder é um caso de racismo ambiental. Recentemente, Marina Silva nos convidou para conversar com os patriarcas e as matriarcas do ambientalismo brasileiro. Nós éramos as únicas pessoas pretas e jovens. Isso é racismo ambiental”.

Para que populações periféricas possam viver com dignidade nas cidades brasileiras, é necessário pensar na questão climática de maneira interseccional, pois a injustiça ambiental no Brasil tem cor. Será apenas colocando pessoas pretas, indígenas e periféricas nos locais de tomada de decisão que discussões levantadas em fóruns como a COP 26 – da qual as ativistas do Perifa Sustentável participaram – podem se reverter em políticas efetivas de combate a desastres climáticos e tantas outras questões do dia a dia na periferia, das ruas tomadas por lixo ao problema do saneamento básico. “Colocar essas pessoas no poder é olhar para a base, para quem está no território e entende sua complexidade. O olhar que está lá tem cor e é limitado, pouco diverso, ele não inclui. Esse é um momento histórico para a questão ambiental, que viu um grande desmonte nos últimos quatro anos”, completa Costa.

Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/a-cor-da-injustica-ambiental-no-brasil/>>. Acesso em: 3 de mar. 2023. [Adaptado]

01. Para compreender o título do texto, o leitor

- A) deve considerar, tão somente, o seu conhecimento linguístico.
- B) deve considerar, tão somente, o sentido metonímico da expressão “cor da injustiça”.
- C) deve, além de recuperar o sentido denotativo, considerar as informações contidas no texto.
- D) deve, além de recuperar o sentido conotativo, considerar as informações desenvolvidas no texto.

02. A intenção prioritária do texto é

- A) discordar da discussão sobre “Racismo ambiental e justiça socioambiental nas cidades” desenvolvida pelo Instituto Pólis.
- B) apresentar os resultados de um estudo desenvolvido em três capitais brasileiras de regiões distintas, sobre Racismo ambiental e justiça socioambiental.
- C) desenvolver uma opinião totalmente alicerçada em dados apresentados pelo estudo desenvolvido pelo Instituto Pólis e pelo IBGE.
- D) concordar parcialmente com o ponto de vista dos que defendem que há um tratamento diferenciado em relação à distribuição demográfica e racial das cidades.

03. A discussão desenvolvida no texto é realizada a partir de uma questão

- A) polêmica: o que os desastres ambientais têm de intersecção?
- B) polêmica: a justiça ambiental no Brasil opera de maneira desigual?
- C) não polêmica: como o racismo ambiental impacta na vida da população negra?
- D) não polêmica: por que os desastres ambientais atingem apenas a população pobre e negra?

04. De acordo com o texto, é possível inferir que

- A) a elaboração de políticas públicas jamais será dominada por homens pretos.
- B) os debates ambientais eram conduzidos majoritariamente por homens brancos
- C) a elaboração de políticas públicas já é conduzida por homens pretos.
- D) os espaços de debates ambientais já foram exclusivamente dominados por homens brancos.

05. No período “**Existe um padrão recorrente inegável quanto à distribuição territorial da população nas cidades brasileiras**”,

- A) o sujeito do verbo “**existir**” foi flexionado no singular por se encontrar elíptico.
- B) o verbo “**existir**” não tem sujeito por ser um verbo impessoal, tal qual o verbo “**haver**”.
- C) a expressão “**um padrão recorrente inegável**” funciona como sujeito do verbo “**existir**”.
- D) a expressão “**um padrão recorrente inegável**” funciona como objeto direto do verbo “**existir**”.

- 06.** Considerando o texto em sua totalidade, a sequência dominante apresenta-se estruturada em
- A) apresentação de ponto de vista, de argumentos por meio de dados e de conclusão.
 - B) problematização inicial, explicações ao questionamento proposto e avaliação do problema.
 - C) revelação do tema, enumeração das características relacionadas ao problema e retomada do tema.
 - D) apresentação de um problema, das ações relacionadas ao problema, da resolução e da avaliação do problema.
- 07.** Nos parágrafos 9 e 12, o conector “**no entanto**” é utilizado para interligar
- A) períodos, estabelecendo relações sintáticas distintas.
 - B) orações, estabelecendo relações sintáticas distintas.
 - C) respectivamente períodos e parágrafos, estabelecendo a mesma relação semântica.
 - D) respectivamente orações e parágrafos, estabelecendo a mesma relação semântica.
- 08.** No quinto parágrafo, as informações são introduzidas pela expressão “**em outras palavras**” e, no décimo parágrafo, pela expressão “**ou seja**”. Essas expressões são
- A) sinônimas e têm a função de explicitar informações apresentadas anteriormente.
 - B) sinônimas e têm a função de retificar informações que foram apresentadas anteriormente.
 - C) utilizadas para estabelecer relações de sentido distintas: a primeira acrescenta dados complementares, e a segunda explicita informações apresentadas anteriormente.
 - D) utilizadas para estabelecer relações de sentido distintas: a primeira parafraseia o parágrafo anterior, e a segunda retifica informações apresentadas anteriormente.
- 09.** A ideia central do primeiro parágrafo encontra-se
- A) implícita, e os três períodos, que o constituem, apresentam características predominantes do tipo textual narrativo.
 - B) explícita no primeiro período e é desenvolvida nos dois períodos seguintes; os três períodos apresentam características predominantes do tipo textual narrativo.
 - C) explícita no último período e sintetiza as informações contidas nos dois períodos anteriores; os três períodos apresentam características predominantes do tipo textual descritivo.
 - D) implícita, e os três períodos, que o constituem, apresentam características predominantes do tipo textual descritivo.

10. Considere o parágrafo abaixo.

A localização e as características dos aglomerados subnormais nas três cidades analisadas ilustram como a ocupação de áreas de potencial risco são apropriadas pela população vulnerabilizada como alternativa para a questão habitacional não tratada pelo Estado. Em São Paulo, o IBGE aponta que 355.756 domicílios em aglomerados subnormais encontram-se em áreas de encosta e margens de rios, córregos e lagos. É importante ressaltar que a ocupação de áreas de risco não advém de uma escolha, mas sim da total falta de alternativas habitacionais. “Chamamos atenção para a questão do déficit habitacional. Pessoas e famílias residem em áreas inapropriadas como uma última alternativa, uma resposta própria à questão habitacional que historicamente não tem sido equacionada pelo Estado como deveria ser”, diz a pesquisadora.

Nesse parágrafo, há presença

- A) tão somente de uma citação direta, que se coaduna com o pensamento das autoras e se caracteriza pela transcrição das palavras da fonte citada e pelo uso de aspas.
- B) tão somente de uma citação indireta, que se contrapõe ao pensamento das autoras e se caracteriza pela paráfrase do pensamento da fonte citada.
- C) de duas citações indiretas, que se contrapõem ao pensamento das autoras e são caracterizadas pela paráfrase do pensamento da fonte citada pelo uso de aspas.
- D) de uma citação direta e outra indireta, que se coadunam com o pensamento das autoras e são caracterizadas por serem introduzidas por um verbo de dizer.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÓGICA

11. A sequência a seguir possui cinco palavras de seis letras e obedece a um princípio lógico: CABEÇA, FEDIDO, BIFASE, INHAME, X. A palavra que substitui, correntemente, o X é
- A) REGALO.
B) CAJADO.
C) VIROSE.
D) FALADA.

12. Considere a construção da tabela-verdade abaixo

Linha	A	B	C	$A \rightarrow (A \rightarrow \sim C) \leftrightarrow (B \vee C)$
1	V	V	V	
2	V	V	F	
3	V	F	V	
4	V	F	F	
5	F	V	V	
6	F	V	F	
7	F	F	V	
8	F	F	F	

Os resultados obtidos para a proposição $A \rightarrow (A \rightarrow \sim C) \leftrightarrow (B \vee C)$, na ordem crescente das linhas ímpares, são

- A) FFVF.
B) FVVV.
C) FFVV.
D) VFFV.
13. Três amigos resolveram fazer o concurso da Câmara Municipal de Natal-RN. O primeiro mora em Parnamirim; o segundo, em Macaíba; e o terceiro, em Natal. Os nomes desses amigos são Abel, Beto e Carlos. Os três possuem formações acadêmicas distintas e concorrerão a vagas diferentes no concurso: jornalista, contador e administrador. Sobre os três amigos, sabem-se as informações abaixo.:
- O que mora, em Parnamirim, nem é contador nem administrador;
 - O que mora, em Macaíba, não se chama Carlos nem Beto;
 - Nem Beto nem o contador moram em Natal.

A partir dessas informações, conclui-se que

- A) Abel mora em Macaíba e é jornalista.
B) Carlos mora em Parnamirim e é contador.
C) Abel mora em Natal e é administrador.
D) Beto mora em Parnamirim e é jornalista.
14. A negação da frase: “Natal é a cidade mais bonita do Nordeste e seu povo é o mais hospitaleiro” é:
- A) “Natal não é a cidade mais bonita do Nordeste ou seu povo não é o mais hospitaleiro”.
B) “Natal não é a cidade mais bonita do Nordeste ou seu povo é o mais hospitaleiro”.
C) “Natal não é a cidade mais bonita do Nordeste e seu povo não é o mais hospitaleiro”.
D) “Natal é a cidade mais bonita do Nordeste e seu povo não é o mais hospitaleiro”.

CONCURSO PÚBLICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL/RN
EDITAL Nº 001/2023

15. Se a afirmação (I) “Se eu sou potiguar, sou nordestino” é dada como verdadeira, então, a afirmação (II)
- A) “Se eu não sou potiguar, sou nordestino” é verdadeira.
 - B) “Se eu não sou nordestino, sou potiguar” é verdadeira.
 - C) “Se eu não sou potiguar, não sou nordestino” é equivalente à afirmativa (I).
 - D) “Se eu não sou nordestino, não sou potiguar” é equivalente à afirmativa (I).

16. Os números distribuídos nas linhas e colunas do quadro a seguir obedecem a determinados padrões.

3	7	7	A
B	11	23	12
7	15	C	32
9	D	79	60

A soma dos números que ocupam o lugar das letras A, B, C e D é igual a

- A) 42.
 - B) 71.
 - C) 99.
 - D) 84.
17. Em um concurso público, estão disponíveis três vagas para Assistente Geral, cuja exigência é que os aprovados tenham curso superior. Na fase final do concurso, ficaram classificados seis candidatos com formação em Direito, oito candidatos com formação em Administração e dez candidatos com formação em Engenharia. Todos esses candidatos estavam empatados em todos os parâmetros previstos e, nesse caso, de acordo com o edital, o preenchimento das vagas deve ser feito por sorteio. Sorteando aleatoriamente três candidatos entre esses classificados, a probabilidade que as vagas sejam preenchidas por um candidato de cada formação é
- A) 3/352.
 - B) 1/160.
 - C) 24/235.
 - D) 60/253.
18. Uma frase que, logicamente, não representa uma contingência é:
- A) Se Natal é a capital do RN, então Natal é a capital do RN e Parnamirim é bonita.
 - B) Se Natal é a capital do RN, então Natal é a capital do RN ou Parnamirim é bonita.
 - C) Se Natal é a capital do RN ou Parnamirim é bonita, então Parnamirim é bonita.
 - D) Se Natal é a capital do RN ou Parnamirim é bonita, então Natal é a capital do RN e Parnamirim é bonita.

19. No quadro abaixo, cada figura representa o valor de um número natural. Os números da coluna à direita do quadro representam a soma dos valores das quatro figuras em cada uma das respectivas linhas, e os números da linha abaixo do quadro representam a soma dos valores das quatro figuras em cada uma das respectivas colunas.

				22
				9
				16
				15
18	20	13	11	

Dadas essas informações, considere a seguinte operação:

$$2 \times \text{diamond with cross} + \text{sun} - \text{circle with dot}$$

O valor correspondente dessa operação é

- A) 13.
 B) 10.
 C) 14.
 D) 15.
20. Três amigos foram juntos a um evento. Chegando lá, descobriram que, para entrar, obrigatoriamente, os convidados deveriam ser maiores de 18 anos. Se José é maior de 18 anos, então João é menor. Se José é menor de 18 anos, então João é maior. Se José é maior de 18 anos, Jair é menor. Se José é menor de 18 anos, então Jair é maior. Se João é menor de 18 anos, então Jair é maior. Sendo assim, puderam entrar no evento
- A) somente José e João.
 B) somente João e Jair.
 C) somente José e Jair.
 D) os três amigos.

**QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – ASSISTENTE LEGISLATIVO (ALNS) –
ASSISTENTE GERAL (GENERALISTA)**

21. Conforme o Regimento Interno da Câmara Municipal de Natal, a Câmara entra em recesso de 1º a 31 de julho e de 16 de dezembro a 14 de fevereiro do ano seguinte, observadas as regras constantes na Lei Orgânica do Município, no que tange à apreciação e à aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual. Durante os recessos, a Câmara poderá ser convocada
- A) pelo Presidente, atendendo a deliberação da Mesa Diretora ou requerimento de, no mínimo, um terço (1/3) dos vereadores.
 - B) pelo 4º Secretário, desde que haja urgência.
 - C) pelo Governador do Estado, desde que feita com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas.
 - D) por iniciativa popular oficial, por meio de pedido ao Prefeito Municipal, com antecedência de 72 (setenta e duas) horas.
22. Conforme o Regimento Interno da Câmara Municipal de Natal, é correto afirmar que compete ao Presidente da Comissão
- A) receber e expedir a correspondência e os ofícios da Comissão, respeitadas as atribuições privativas do Presidente da Câmara.
 - B) eleger a Mesa diretora e seus substitutos e destituir qualquer de seus membros, na forma regimental.
 - C) conceder licença para afastamento ao prefeito, ao vice-prefeito e aos vereadores.
 - D) autorizar o prefeito a ausentar-se do município por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.
23. O Poder que está relacionado à prática de atos administrativos regrados, aqueles para os quais a lei estabelece os requisitos e as condições de sua realização, e no qual há ausência de liberdade decisória do gestor público é chamado de poder
- A) vinculado.
 - B) discricionário.
 - C) hierárquico.
 - D) disciplinar.
24. Os agentes administrativos que ocupam cargos públicos de provimento efetivo são chamados de servidores públicos. Sobre esses servidores, é correto afirmar que estão submetidos
- A) a um regime estatutário.
 - B) a um vínculo contratual.
 - C) à conciliação mediadora em regime regulado.
 - D) ao regime de contrato geral único.
25. Acerca dos princípios básicos da Administração Pública, é correto afirmar:
- A) o princípio da impessoalidade visa tratar todos os administrados sem discriminações e favoritismos, buscando igualdade e isonomia.
 - B) o princípio da publicidade visa constituir um instrumento organizado por uma série de atos processuais para mediar uma sentença.
 - C) o princípio da eficiência visa dar acesso ao transporte de informação técnica e confiável para todas as pessoas.
 - D) o princípio da legalidade é uma das formas existentes para a solução de conflitos existentes na sociedade, para se chegar à prestação da tutela.

- 26.** É o órgão público titular e executor do serviço público, integrante de pessoa política, o qual tem a competência para o exercício, de forma centralizada, das atividades administrativas do Estado. Essa definição aplica-se
- A) ao Ministério da Economia.
 - B) ao Banco Central.
 - C) ao Instituto Nacional do Seguro Social.
 - D) à Caixa Econômica Federal.
- 27.** A Prefeitura Municipal de Natal possui uma tabela de temporalidade de documentos produzidos, recebidos e acumulados. A tabela de temporalidade auxilia no dia a dia e é responsável por
- A) determinar os prazos em que os documentos devem ser mantidos nos arquivos correntes e intermediários, ou recolhidos aos arquivos permanentes, estabelecendo critérios para microfilmagem e eliminação.
 - B) designar as subdivisões de um fundo, que refletem a natureza de sua composição, seja ela estrutural, funcional ou por espécie documental. Ela pode ser subdividida em subséries.
 - C) listar, de forma sistemática e pormenorizada, os elementos do conteúdo de um documento ou grupo de documentos; é disposta em determinada ordem para indicar e facilitar a localização no texto
 - D) sintetizar elementos formais e conteúdo textual de unidades de arquivamento, adequando-os ao instrumento de pesquisa que se tem em vista produzir, na medida em que informa seus atos presentes.
- 28.** A metodologia arquivística varia quanto à classificação de documentos de arquivos. Alguns documentos são muito procurados, outros perdem o valor administrativo, mas possuem valor histórico ou cultural. Os arquivos que perderam seu valor primário, mas devem ser conservados em função dos seus valores secundários – valor histórico, cultural ou documental, são chamados de
- A) permanentes/ terceira idade.
 - B) intermediários/ segunda idade.
 - C) correntes/ primeira idade.
 - D) únicos/ morto.
- 29.** A ciência administrativa tem apresentado uma série de técnicas e metodologias para o desenvolvimento e a implementação dos processos administrativos que facilitam a atuação dos profissionais nas empresas. As principais etapas que devem ser consideradas para o desenvolvimento da administração de processos na empresa são, com as necessárias adequações, representadas por cinco fases básicas, que são:
- A) comprometimento, estruturação, análise, desenvolvimento e implementação.
 - B) planejamento de objetivos, distribuição, metodologia, precauções e treinamento.
 - C) apresentação, finalidade, diagnóstico, treinamento e consolidação.
 - D) liderança ativa, arranjo estrutural, modo, desenvolvimento e auditoria.
- 30.** Existem algumas técnicas de apoio ao processo decisório que podem auxiliar no desenvolvimento e na implementação da administração de processos nas empresas. São exemplos dessas técnicas:
- A) diagrama de causa e efeito, diagrama de pareto e diagrama matricial.
 - B) diagrama positivo susodito, diagrama híbrido e diagrama de progressão.
 - C) diagrama derivativo, diagrama investigativo e diagrama do ápice.
 - D) diagrama da norma-fundamento, diagrama da califórnia e diagrama econométrico.

31. Devido aos crescentes casos de violência na cidade Asgard, um grupo de pessoas resolveu criar a Associação Luminária, com o objetivo social de proteger a população dos crimes locais. Entre as exigências para ingressar na associação, ficou determinado que a pessoa tivesse direito ao porte de arma e usasse o boné com a logomarca da associação. A arma seria usada, diariamente, pelos associados em serviço, tanto nos serviços internos quanto nos externos. À luz da sistemática estabelecida pela Constituição da República de 1988, a Associação Luminária
- A) não pode funcionar devido ao seu caráter paramilitar.
 - B) pode funcionar, normalmente, desde que tenha prédio comercial blindado.
 - C) pode funcionar apenas com prévia autorização do Poder Público, visto que é assegurada a liberdade de associação
 - D) não pode funcionar, pois a lei que autorizava associações desse tipo foi revogada em 1891.
32. Agentes públicos armados adentraram a casa de José contra a sua vontade, numa terça-feira, às 14h, em busca de um criminoso sem flagrante delito. José, um idoso de 75 anos, ficou surpreso e resolveu procurar a Defensoria Pública. O Defensor Público informou que a conduta dos agentes foi
- A) ilícita, pois, mesmo sendo agentes públicos, não poderiam adentrar a casa do idoso para procurar criminoso sem ordem judicial e sem o consentimento do morador
 - B) lícita, pois os agentes públicos podem adentrar as residências para procurar criminosos, mesmo sem o consentimento do morador.
 - C) ilícita, pois os agentes públicos não podem ingressar em residências, mesmo que possuam ordem judicial, ou em caso de flagrante delito, pois a casa é asilo inviolável do indivíduo.
 - D) lícita, pois os agentes públicos estavam em uma operação de interesse público, que é prender um criminoso, sendo mais importante que o direito privado de José.
33. No município Vale da Elvira, os membros da comissão de licitação resolveram favorecer a empresa de amigo íntimo de um dos membros, fraudando, assim, o certame. Os agentes públicos envolvidos violaram, claramente, o princípio administrativo da
- A) impessoalidade.
 - B) razoabilidade.
 - C) economicidade.
 - D) isonomia.
34. Jacildo, pessoa que vive nas ruas devido à falta de renda própria, passou mal e foi levado a um hospital público. Após ser atendido e ter realizado alguns exames, verificou-se que ele possui uma doença rara e precisa de um medicamento indispensável para sua sobrevivência. Ele procurou a Defensoria Pública e solicitou que fosse ajuizada uma ação judicial para que o Poder Público fornecesse-lhe o medicamento. De acordo com a sistemática constitucional, a ação busca um
- A) um direito social.
 - B) um dever coletivo.
 - C) um direito de prerrogativas.
 - D) uma garantia coletiva.

- 35.** No ambiente laboral, social ou até mesmo familiar, precisamos lidar com pessoas e, para isso, utilizamos a linguagem, seja verbal ou não verbal. Segundo Chiavenato, a comunicação é a troca de informações entre indivíduos. O processo da comunicação é composto pelos seguintes elementos: remetente (emissor), transmissor, canal, receptor, destinatário (receptor), feedback e ruído. Para um processo de comunicação eficaz, é necessário que
- A) o significado da mensagem seja o mesmo para o emissor e para o destinatário.
 - B) o emissor fale bem, mesmo que o receptor não compreenda.
 - C) a comunicação utilize o mínimo possível de recursos para acontecer.
 - D) a dinâmica da comunicação seja tempestiva em grau recursal.
- 36.** Após ser naturalizado brasileiro, Jean, que tem origem francesa, resolveu estudar para concurso público e decidiu que queria seguir carreira diplomática, visto que era graduado e doutor em economia, falava cinco idiomas, além de ser um profissional renomado e reconhecido internacionalmente. Após ser aprovado no certame do Concurso de Admissão à Carreira Diplomática, Jean recebeu a informação de que não poderia assumir o cargo. Com base na Constituição da República de 1988,
- A) a carreira diplomática é privativa para brasileiros natos, assim como Presidente da República, Oficial das Forças Armadas, entre outros cargos privativos.
 - B) é previsto, no acordo internacional entre Brasil e França, que franceses não podem assumir cargos de diplomacia no Brasil.
 - C) trata-se de xenofobia, visto que não há base legal que trate da impossibilidade de naturalizados assumirem esse ou qualquer outro cargo público.
 - D) a carreira diplomática é exclusiva para graduados em direito, devido à alta complexidade e necessidade de interpretação das leis.
- 37.** Os atos de improbidade administrativa importarão ao agente a
- A) suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.
 - B) suspensão dos direitos previdenciários, a realocação da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.
 - C) extinção dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível
 - D) exoneração da função pública, a suspensão dos direitos políticos, a indisponibilidade dos bens e a indenização ao agente praticante, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível
- 38.** O desempenho humano na organização é extremamente contingencial. A avaliação do desempenho deve proporcionar benefícios para a organização e para as pessoas. Com base nas linhas básicas que a avaliação de desempenho precisa atender, é correto afirmar que a avaliação deve
- A) ser aceita por ambas as partes: avaliador e avaliado.
 - B) enfatizar a impressão a respeito dos hábitos pessoais observados no trabalho.
 - C) se concentrar em uma análise subjetiva de hábitos e não em produtividade do colaborador, que tende a melhorar sem essa condução.
 - D) cobrir o desempenho atual nas atividades, e não o alcance de metas e objetivos, que deve ser avaliado separadamente, em outro momento.

- 39.** O bem-estar geral e a saúde dos colaboradores no desempenho de suas atividades são fatores importantes quando se busca ter Qualidade de Vida no Trabalho - QVT. Buscando a melhoria na Qualidade de Vida no Trabalho, é possível destacar quatro aspectos em que a QVT está fundamentada: participação dos funcionários, reestruturação do trabalho, inovação no sistema de recompensas e melhora no ambiente de trabalho. Sobre os aspectos citados é correto afirmar:
- A) existe melhoria no ambiente de trabalho quando há boas condições físicas e psicológicas e flexibilidade no horário e local de trabalho.
 - B) a participação dos funcionários deve ser limitada às atividades que influenciam terceiros e às suas respectivas responsabilidades organizacionais.
 - C) a reestruturação do trabalho visa ao reposicionamento estratégico da empresa para enfrentar os desafios que o mercado apresenta.
 - D) o sistema de recompensas, preferencialmente, deve ser moldado independentemente de sua interação com o clima organizacional.
- 40.** O processo educacional de curto prazo, que é aplicado de maneira sistemática e organizada, em que as pessoas aprendem conhecimentos, atitudes e competências em função de objetivos previamente definidos, para desempenhar melhor as atividades relacionadas ao cargo que ocupam, é denominado
- A) treinamento.
 - B) desenho de cargos.
 - C) processo seletivo.
 - D) recondicionamento.